



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MINISTÉRIO DA FAZENDA		
Segundo Conselho de Contribuintes		
Publicado no Diário Oficial da União		
De	09 / 09	/ 2004
<i>[Assinatura]</i>		
Visto		

2<sup>a</sup> CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10875.001083/97-42  
Recurso nº : 121.990  
Acórdão nº : 203-09.330

Recorrente : INDÚSTRIA MARÍLIA DE AUTO PEÇAS S/A  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**NORMAS PROCESSUAIS. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL.**  
A opção pela via judicial exclui a apreciação de matéria na via administrativa, em razão da supremacia da decisão judicial que, transitada em julgado, obriga as partes.

**Recurso não conhecido, por opção pela via judicial.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**INDÚSTRIA MARÍLIA DE AUTO PEÇAS S/A.**

**ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por opção pela via judicial.**

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2003

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

Maria Cristina Roza da Costa  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros César Piantavigna, Valmar Fonsêca de Menezes, Mauro Wasilewski, Maria Teresa Martínez López, Luciana Pato Peçanha Martins e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Eaal/cf/ovrs



Processo nº : 10875.001083/97-42

Recurso nº : 121.990

Acórdão nº : 203-09.330

Recorrente : INDÚSTRIA MARÍLIA DE AUTO PEÇAS S/A

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 5ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas, SP, referente à constituição de crédito tributário por falta de recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período compreendido entre janeiro de 1993 e novembro de 1995, no valor total de R\$693.168,22, cuja ciência se deu em 10/06/1997.

O procedimento fiscal e a impugnação constam do Relatório da Decisão Recorrida, como a seguir reproduzido:

“2. No Termo de Verificação e Constatação Fiscal, à fl. 71, o auditor fiscal informa que, ao proceder à conferência da compensação de valores recolhidos ao Finsocial com alíquotas superiores a 0,5%, constatou que o crédito da contribuinte era suficiente para compensar apenas até o período de junho/92. Por essa razão, lavrou o auto de infração para constituir o crédito tributário referente aos períodos para os quais considerou indevida a compensação realizada.

3. Inconformada com o procedimento fiscal, a interessada, por intermédio de seu advogado e bastante procurador, protocolizou impugnação de fls. 85/92, em 08/07/1997, onde alega, em síntese e fundamentalmente, que:

3.1. o auto de infração é nulo, pois o auditor fiscal não descreveu de forma clara o procedimento da impugnante que teria ensejado a presente autuação, conforme determina o art. 10 do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, o que ofenderia os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

3.2. diante da decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais os aumentos da alíquota do Finsocial, há que se considerar correta a compensação efetuada, pois ela se coaduna ao prescrito na Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, bem como nas Instruções Normativas nº 31, de 8 de abril de 1997, e nº 32, de 9 de abril de 1997, a qual convalidou o procedimento da contribuinte;

3.3. os cálculos elaborados pelo aujuante não demonstraram os valores corretos do crédito de Finsocial que a impugnante dispunha. Na verdade, utilizando-se os índices de correção monetária constantes do Ofício Circular nº 01/97 – COGE, do Tribunal Federal da 3ª Região, elaborado de acordo com o Provimento nº 24, de 29 de abril de 1997, e aplicável às ações de repetição de indébito, obtém-se o valor de R\$ 388.083,96, enquanto, como o próprio auditor fiscal afirma, a compensação se restringiu ao valor de R\$ 380.227,99, ou seja, a



**Processo nº : 10875.001083/97-42**  
**Recurso nº : 121.990**  
**Acórdão nº : 203-09.330**

impugnante nem utilizou todo o seu crédito. O que parece ter ocorrido é que o autuante simplesmente desconsiderou quaisquer expurgos inflacionários ocorridos e hoje contemplados de modo pacífico em nossos tribunais.

4. Em 25/08/1997, o processo foi encaminhado em diligência, para que o autuante, com fulcro na Norma de Execução SRF/Cosit/Cosar nº 08, de 27 de junho de 1997, aperfeioasse o lançamento.

5. Na Informação Fiscal resultante dos recálculos efetuados na diligência (fl. 192), o auditor fiscal informa que, com a aplicação da Norma de Execução acima citada, restaram mantidos apenas os débitos dos períodos de março, abril e maio de 1993.

5. Ciente do resultado da diligência em 29/01/1999, a interessada apresentou impugnação complementar de fls. 200/208, em 25/02/1999, onde, além de reforçar seu argumento original sobre o direito à compensação, alega que:

5.1. o autuante utilizou em sua planilha o valor originário do Finsocial, ou seja, o valor calculado antes do efetivo pagamento desse tributo, desconsiderando a correção monetária ocorrida entre a data do cálculo da contribuição e a data do seu pagamento. Por sua vez, a impugnante efetuou os cálculos com base no valor integral recolhido na guia Darf, incluindo-se o valor do cálculo do imposto mais a sua correção monetária até a data do recolhimento. A diferença entre essas duas metodologias gerou o presente lançamento de ofício. Se a fiscalização tivesse utilizado o total do valor indevidamente recolhido a título de Finsocial pela impugnante, consignado na autenticação mecânica dos Darfs, não haveria a divergência dos valores apontados, remanescendo apenas uma diferença a favor do Fisco no montante de 5.821,9864 Ufir, conforme demonstra a planilha anexada aos autos à fl. 234;

5.2. não foram considerados os expurgos inflacionários havidos na economia pátria. Se fosse incorporados aos cálculos esses expurgos, amplamente reconhecidos pelo Conselho de Contribuintes, não restaria nenhum crédito a favor do Fisco.

6. Ao final, a contribuinte requer a realização de perícia contábil, nomeando seu perito, para que se colha informações sobre dois quesitos, os quais se resumem em: apurar os valores efetivamente recolhidos a maior a título de Finsocial e, a partir desses valores confrontados com o devido a título de Cofins no período de outubro de 1991 a maio de 1993, averiguar se há ainda qualquer exigência a ser feita".

Apreciando as razões postas na impugnação, o Colegiado de primeira instância proferiu decisão assim ementada:

"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

(m)



**Processo nº : 10875.001083/97-42**  
**Recurso nº : 121.990**  
**Acórdão nº : 203-09.330**

Período de apuração: 01/01/1993 a 31/01/1993, 01/03/1993 a 30/06/1993,  
01/08/1993 a 30/11/1995

Ementa: COMPENSAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. - Para a compensação do Finsocial recolhido a maior, a atualização monetária é efetuada com base na NE/SRF/COSIT/COSAR nº 08, de 27/06/97.

Lançamento Procedente em Parte".

Intimada a conhecer da decisão em 14/12/2001, a empresa, insurreta contra seus termos, apresentou, em 11/01/2002, recurso voluntário a este Eg. Conselho de Contribuintes, com as seguintes razões de dissentir:

- a) equívoco na premissa do julgador singular relativamente à inexistência de manifestação do Judiciário que desse amparo ao procedimento que adotou na atualização dos indébitos;
- b) informa que existe provimento do TRF da 3ª Região no julgamento da ação em Mandado de Segurança nº 93.0021027-0, transitado perante a 9ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, restando apenas o julgamento dos embargos de declaração interpostos pela recorrente, relativo aos índices de correção monetária a serem aplicados. Reproduz jurisprudência do Judiciário e dos Conselhos de Contribuintes;
- c) afirma estar o recurso voluntário focado somente no índice de correção monetária a ser aplicado sobre os créditos apurados, não restando controvérsia quanto ao seu direito aos recolhimentos efetuados a maior.
- d) apresenta argumentos e quadro comparativo dos índices de correção monetária admitidos pelo TRF da 3ª Região e pela Secretaria da Receita Federal, na NE COSIT nº 08/97, bem como os relativos à inflação do período. Esclarece haver se baseado no provimento 24/97 da Corregedoria do TRF da 3ª Região para atualizar os valores dos créditos a que tem direito, alegando ser jurisprudência pacífica dos tribunais;
- e) refuta a aplicação de multa moratória ou de ofício em matéria *sub judice*. Reproduz o art. 63 da Lei nº 9.430/96 para corroborar seus argumentos; e
- f) argumenta, finalmente, que a divergência com a Fazenda Pública repousa no não reconhecimento pela Norma de Execução COSIT nº 08/97 dos expurgos inflacionários ocorridos, resultando na diferença que restou apontada no auto de infração originário.

Requer, ao final, o integral provimento do recurso voluntário e a nulidade do auto de infração.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

Processo nº : 10875.001083/97-42

Recurso nº : 121.990

Acórdão nº : 203-09.330

Consta no processo à fl. 340 relação de bens para arrolamento como garantia de instância recursal.

É o relatório.

(C)



Processo nº : 10875.001083/97-42  
Recurso nº : 121.990  
Acórdão nº : 203-09.330

### VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

O recurso voluntário preenche os requisitos de admissibilidade, devendo dele se tomar conhecimento.

O auto de infração, originariamente, exigiu da recorrente créditos tributários apurados nos meses de junho de 1992 a junho de 1996, a partir da reelaboração dos cálculos pertinentes aos valores recolhidos a maior que o devido para o FINSOCIAL, utilizado para extinguir a COFINS do período através da compensação.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas - SP determinou a realização de diligência com vistas a nova elaboração dos cálculos, em face das inconsistências constatadas naqueles elaborados pelo fiscal autuante.

Na decisão singular o julgador *a quo* novamente efetuou acertos nos referidos valores compensados, acolhendo em parte os argumentos do então impugnante.

Assim, da decisão proferida em sede de primeira instância, restaram a exigência dos créditos tributários relativos aos meses de fevereiro (parte), março, abril e maio de 1993, nos valores originais de R\$10.001,06, R\$26.161,56, R\$28.198,79 e R\$30.822,03, respectivamente.

Conforme se verifica do recurso voluntário, tais diferenças são decorrentes da divergência entre o entendimento da recorrente e o da SRF quanto aos índices de correção monetária a serem aplicados sobre os indébitos utilizados na compensação.

Tem-se, também, que tal divergência encontra-se submetida à tutela jurisdicional através do Mandado de Segurança nº 93.0021027-0, atualmente na fase de apelação de nº 94.03.086937-2, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cujo Acórdão foi proferido em 26/04/2000.

O Desembargador Federal Nery Junior, relator da referida Apelação, determinou na sentença “ser devida a correção monetária desde o efetivo pagamento do tributo até a data da compensação, devendo ser observado os mesmos índices utilizados pela Fazenda Pública para a correção de seus créditos” (fls. 314 a 319), confirmando a sentença de primeira instância (fls. 302 a 313).

A recorrente opôs Embargos de Declaração ao precitado Acórdão com vistas a dirimir omissões quanto aos índices de correção monetária que realmente refletiam a inflação do período, aplicáveis sobre os valores dos indébitos, que pretende sejam explicitamente tutelados pela decisão.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10875.001083/97-42  
Recurso nº : 121.990  
Acórdão nº : 203-09.330

Os embargos de declaração têm raiz constitucional, ligando-se ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, devendo este ser prestado de forma completa, através de decisão que revele o sentido verdadeiramente pretendido pelo Juiz.

Havendo a possibilidade de os referidos embargos de declaração gerarem efeito modificativo no Acórdão já proferido, voto no sentido de não conhecer do recurso, por opção pela via judicial, para que a Repartição de jurisdição da recorrente cumpra a decisão judicial que vier a ser (ou já tiver sido) emanada do julgamento dos referidos embargos.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2003

MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA